



ACTA

Aos treze dias do mês de Outubro do ano de dois mil e onze, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Reuniões, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – António Magalhães da Silva – e Vereadores – Domingos Bragança Salgado, Francisca Maria da Costa Abreu, Alexandra Parada Barbosa Gesta, José Augusto Ferreira Araújo, José Manuel Fernandes Antunes, Luísa Maria Alves Oliveira, André Guimarães Coelho Lima e José Manuel Torcato Ribeiro. -----

Não compareceram os Vereadores César Manuel de Castro Machado e Amadeu Artur Matos Portilha, cujas faltas foram consideradas justificadas. -----

Secretariou a Directora do Departamento de Administração Geral, Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier. -----

Pelas 10.00 horas foi declarada aberta a reunião. -----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----**INTERVENÇÕES**-----

1 – Vereador José Manuel Antunes – a) – Lamentou que os Vereadores não tomem prévio conhecimento das decisões tomadas pelo Presidente da Câmara no âmbito da delegação de competências, dando como exemplo a designação dos novos membros do Conselho Geral da Fundação Cidade Guimarães; **b)** – Disse considerar que a requalificação do Caminho de Real, que atravessa a Veiga de Creixomil, não está ser preservado o património, uma vez que as lajes de granito estão a ser substituídas por outro tipo de pavimento. **2 – Vereadora Luísa Oliveira** – Lembrou uma intervenção sua feita em anterior reunião de Câmara perguntando como está a ser feita a articulação entre a programação prevista para o evento Capital Europeia da Cultura 2012 no sentido de diminuir o tráfego

automóvel no centro da cidade, bem como se está a ser elaborado um plano de mobilidade urbana assente em transportes públicos, apontando eventos recentes, como a Feira Afonsina e o Guimarães Noc Noc, que trouxeram à cidade muitas pessoas, originando dificuldades no trânsito e no estacionamento dos veículos. **3 – Vereador André Coelho Lima – a)** - Questionou o Presidente de Câmara acerca da data da próxima reunião da Comissão de Vencimentos da Fundação Cidade de Guimarães. Concretamente, recordou que o Presidente da Câmara havia dito que abordaria a questão na reunião do Conselho Geral, revelando, após a conclusão da mesma, que não precisava de o fazer pois que o Conselho Geral não tinha que se pronunciar sobre tal matéria uma vez que se trata de assunto que apenas compete à Comissão de Vencimentos. Assim, pretendeu saber quando seria a próxima reunião da Comissão de Vencimentos, uma vez que é o único órgão que se pode pronunciar vinculativamente sobre esta matéria; **b)** - Perguntou para quando estava prevista a divulgação do estudo de sustentabilidade da Plataforma das Artes e da Criatividade (PAC). A este propósito referiu que, sem prejuízo de se saber que a circunstância da CEC implica que se façam todos estes investimentos, admitindo-se que nem todos tenham condições, e até vocação, para serem rentáveis, considera imperioso que os Vimaraneses saibam qual a factura a pagar num futuro de médio e longo-prazo, com a manutenção de todos estes equipamentos. Disse ainda que, sem prejuízo da aceitação generalizada dos equipamentos construídos no âmbito da CEC/2012, considerava não ser responsável considerar apenas o custo da edificação como sendo o único encargo para o Município, uma vez que todos eles se tratam de equipamentos que carecerão de recursos humanos e materiais de diversa índole, cujas



despesas devem ser dadas a conhecer aos Vimaraneses, para saberem exactamente o impacto com que poderão contar nos orçamentos anuais do Município, de 2013 em diante. **4 – Vereador José Torcato Ribeiro – a)** – Referindo-se a declarações à imprensa do Presidente da Câmara após a última reunião de Câmara, concretamente quando disse que “*o vereador da CDU se preocupa com futilidades e que nem falou da escada*”, disse querer lembrar que naquela reunião tinha apresentado aos ao Presidente da Câmara e aos Vereadores documentação que considerou suficiente para sustentar a sua atitude anterior quando disse que a dita escada do antigo Mercado Municipal havia sido projectada pelo Arquitecto José Marques da Silva. Acrescentou que, ao entregar esta documentação, foi sua convicção que o Presidente da Câmara iria fazer algum comentário sobre a matéria, o que não sucedeu. Finalizou, dizendo que pela sua parte, considera que, neste momento, o esclarecimento deste assunto está do lado do Presidente da Câmara. **b)** – Quis saber o que se passava com o Centro de Ciência Viva, concretamente o que tem motivado o atraso na sua abertura, perguntando se os rumores da incompatibilidade física do edifício com o tipo de equipamento a instalar têm alguma consistência. **5 – Presidente da Câmara – a)** – Sobre a nomeação dos novos membros do Conselho Geral da Fundação Cidade Guimarães, esclareceu a qualidade da sua participação, que é como membro do Conselho Geral e não como Presidente da Câmara; **b)** - Sobre o Caminho de Real manifestou confiança na equipa técnica responsável pela elaboração do projecto de intervenção; **c)** – Quanto à intervenção da Vereadora Luísa Oliveira, prestou algumas explicações sobre o trânsito e respectivos estacionamento e acessibilidades, dizendo que a Câmara Municipal actuará ao nível do estacionamento de automóveis

e autocarros e da fiscalização; **d)** – Sobre os vencimentos dos membros da Fundação disse considerar a questão encerrada; **e)** – Relativamente ao estudo de sustentabilidade da Plataforma das Artes e da Criatividade disse que o mesmo será feito pelas entidades envolvidas no processo, realçando que, relativamente ao Teatro Jordão, haverá uma colaboração entre a Universidade do Minho, a Academia de Música Valentim Moreira de Sá e a Câmara Municipal; **f)** – Sobre as escadas do antigo Mercado Municipal disse que dava o assunto como encerrado; **g)** – Quanto ao Centro de Ciência Viva, disse que, oportunamente, entregaria ao Vereador José Torcato Ribeiro um Relatório. -----

-----**INFORMAÇÕES À CÂMARA MUNICIPAL**-----

1 – Do fax da VIMÁGUA – Empresa de Água e Saneamento de Guimarães e Vizela, E.I.M., S.A. dando conhecimento do início, no passado dia 6 de Outubro, da empreitada designada por “AD 06/2011 – Extensão de Redes de Drenagem de Águas Residuais em vários arruamentos do concelho de Guimarães – Freguesias de Abação, S. Torcato, Sande S. Lourenço, Sande S. Martinho, Serzedelo e Urgezes”; **2** – Informou que, no âmbito da modernização administrativa e da simplificação de procedimentos, a Câmara Municipal tem em curso a implementação de um sistema de gestão integrada visando a desmaterialização do processo inerente às reuniões de Câmara, designado por Plataforma Electrónica das Reuniões de Câmara, cuja 1.ª fase entra em funcionamento no próximo dia 14 de Outubro. Disse, ainda, que a 2.ª fase do processo que estende as aplicações da Plataforma Electrónica ao acto de realização das reuniões de Câmara está prevista para o início do próximo ano, uma vez que exige a aquisição de novo equipamento informático; **3** – Disse ter estado presente na Escola Secundária Francisco de Holanda para a



entrega de diplomas aos melhores alunos revelando que os prémios atribuídos aos dois melhores alunos daquela escola no último ano lectivo teve o patrocínio integral de dois mecenas, que pretenderam manter o anonimato. -----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

Foi aceite, por unanimidade, votar, antes da ordem do dia, as seguintes propostas: -----

VOTO DE LOUVOR – PRIMEIRA EDIÇÃO DO MOVIMENTO GUIMARÃES NOC NOC – Presente a seguinte proposta da

Vereadora Francisca Abreu: “O sucesso e impacto da primeira edição do Guimarães Noc Noc surpreenderam todos os envolvidos e toda a cidade, constituindo uma prova irrefutável de como as boas ideias, a capacidade de iniciativa e a criatividade se podem traduzir em iniciativas mobilizadoras, transversais e marcantes na nossa memória colectiva. Antecipando o ano em que será Capital Europeia da Cultura, Guimarães demonstrou de forma inequívoca que o envolvimento e a participação dos cidadãos são motor de transformação da cidade e da sociedade, da paisagem e das mentalidades. Ao atrair a participação de um significativo número de artistas e amigos das artes de todo o país, a iniciativa evidenciou ainda a crescente capacidade de atracção de Guimarães gerada pelo investimento na cultura e nas artes, tal como o êxito da Feira Afonsina recentemente demonstrara, e o interesse que a cidade suscita junto de públicos diversos e de todas as faixas etárias. A Câmara Municipal de Guimarães expressa, através deste Voto de Louvor, as suas mais vivas felicitações e reconhecimento aos promotores, aos artistas participantes, a todos quantos se dispuseram a abrir as suas portas para expor trabalhos e ao público desta memorável iniciativa: todos deram um contributo assinalável para transformar

uma boa ideia numa realização que orgulha Guimarães, honra as nossas tradições de mobilização e vivência colectivas e consolida a expectativa de uma cidade cada vez mais aberta, dinâmica e culturalmente activa que todos são chamados a construir”.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

OBRAS PÚBLICAS – REABILITAÇÃO DO CAMPO DE SÃO MAMEDE E REQUALIFICAÇÃO URBANÍSTICA DO MONTE LATITO

– Foi presente, para aprovação, uma nova minuta do contrato relativa à obra mencionada em epígrafe, revogando a deliberação de Câmara de 29 de Setembro de 2011 que havia aprovado a minuta do contrato inicial. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

-----**ORDEM DO DIA** -----

-----**INFORMAÇÕES** -----

1 - Do despacho do Vereador Domingos Bragança, datado de 21 de Setembro de 2011, que concordou com uma informação dos Serviços do Departamento de Obras Municipais para abertura de um concurso público sem anúncio no JOUE, ao abrigo da alínea b) do artigo 19º do CCP, para execução da obra designada por **“Largo Frei Cristóvão dos Reis e Envolvente (Banhos Velhos) – Caldelas”**, cujo valor, para efeitos de concurso é de €170.000,00 + IVA, sendo o júri composto pelos seguintes elementos: Efectivos a) Presidente: Maria Fernanda Fernandes Castro – Chefe de Divisão de Empreitadas; b) Vogal: José Filipe Tavares de Fontes – Director do Departamento de Projectos e Planeamento Urbanístico; c) Vogal – Elsa Maria Ferreira Cordeiro de Almeida – Chefe de Divisão Administrativa. Suplentes – a) Vogal: Joaquim Josias Silva Antunes Almeida de Carvalho – Director do Departamento de Obras Municipais; b) Vogal: Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier – Directora do Departamento



de Administração Geral. É designado para secretariar o júri: Silvana Leite Torres Peixoto – A Coordenadora Técnica do Departamento de Obras Municipais; **2** – Do despacho do Vereador Domingos Bragança, datado de 3 de Outubro de 2011, que concordou com uma informação dos Serviços do Departamento de Obras Municipais para abertura de um concurso público sem anúncio no JOUE, ao abrigo da alínea b) do artigo 19º do CCP, para execução da obra designada por “**Requalificação e Ampliação das Instalações do Posto de Turismo da Praça de S. Tiago – Oliveira do Castelo**”, cujo valor, para efeitos de concurso, é de €225.000,00 + IVA, sendo o júri composto pelos seguintes elementos: Efectivos – a) Presidente: José Filipe Tavares de Fontes – Director do Departamento de Projectos e Planeamento Urbanístico; b) Vogal: Maria Fernanda Fernandes Castro – Chefe de Divisão de Empreitadas; c) Vogal – Elsa Maria Ferreira Cordeiro de Almeida – Chefe de Divisão Administrativa. Suplentes – a) Vogal: Joaquim Josias Silva Antunes Almeida de Carvalho – Director do Departamento de Obras Municipais; b) Vogal: Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier – Directora do Departamento de Administração Geral. É designado para secretariar o júri: Silvana Leite Torres Peixoto – A Coordenadora Técnica do Departamento de Obras Municipais; **3** – Do despacho do Vereador Domingos Bragança, datado de 30 de Setembro de 2011, que concordou com a repartição de encargos da obra designada por “**Muro de Suporte na Travessa de S. Mamede – Azurém**”, adjudicada a “OPWAY – Engenharia, S.A.” pelo valor de €238.565,00 + IVA, da seguinte forma: **Ano de 2011** – €179.828,04 + IVA = €190.617,72; **Ano de 2012** – €58.736,96 + IVA = €62.261,18; **4** – Do despacho do Vereador Domingos Bragança, datado de 6 de Outubro de 2011, que adjudicou a

empreitada designada por "**Muro de Suporte na Travessa de S. Mamede – Azurém**" a "OPWAY Engenharia, S.A.", pelo valor de €238.565,00 + IVA, para um prazo de execução de 90 dias; **5** – Dos ofícios da Assembleia Municipal números 84 a 94 que comunicam a aprovação, em sessão realizada no passado dia 23 de Setembro, das seguintes propostas: **a)** - "Aumento de Capital – Cooperativa Taipas Turitermas"; **b)** - "Irmandade Nossa Senhora da Lapinha – Apoio da Câmara Municipal de Guimarães à Inclusão da Ronda da Lapinha na Lista do Património Cultural Imaterial de Portugal"; **c)** - "Regulamento dos Espaços Internet da Praça de Santiago e do Centro Cultural Vila Flor"; **d)** - "Aquisição de Serviços – Seguro de Acidentes de Trabalho para o Triénio 2012/2014 – Concurso Público n.º 9/11"; **e)** - "Obras Públicas – Piscina Municipal de Moreira de Cónegos – Repartição de Encargos"; **f)** - "Declaração de Interesse Público Municipal para a Instalação de um Empreendimento Turístico em Espaço Rural de Turismo da Natureza num conjunto edificado localizado na Quinta dos Galos, Bouça, Airão Santa Maria"; **g)** - "Declaração de Interesse Público Municipal para a instalação da Empresa Rodrigues & Camacho em Terreno situado na Vila de Brito"; **h)** - "Desafectação do Domínio Público de Parcelas de Terreno situadas no Lugar da Vinha da Portela, Freguesia de Serzedelo"; **i)** - "Alteração de Trânsito na Freguesia de Tabuadelo"; **j)** - "Alteração de Trânsito na Rua do Sobreiro – Freguesia de Azurém". -----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

CÂMARA – ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE CÂMARA REALIZADA EM 29 DE SETEMBRO DE 2011. DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. Foi dispensada a leitura da acta por ter sido entregue a todos os membros do Órgão Executivo juntamente com a Ordem do Dia da presente reunião. -----



**OBRAS PÚBLICAS – CENTRO DE FORMAÇÃO AVANÇADA
PÓS-GRADUADA/DOMUS CIVIL – RESCISÃO DO CONTRATO
– NOVO PROCEDIMENTO PARA CONCLUSÃO DA OBRA –
ACCIONAMENTO DAS GARANTIAS BANCÁRIAS**

Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 3 de Outubro de 2011, que a seguir se transcreve: "No âmbito do procedimento de empreitada identificada em assunto, e considerando os elementos constantes do processo, determino: **1.** O indeferimento do pedido formulado pelo adjudicatário, Sociedade de Construções GUIMAR, SA, na sua carta entregue no passado dia 28 de Setembro, na qual propõe a revogação do contrato por mútuo acordo e sem direito a indemnização a qualquer uma das partes, bem com o pedido de novo prazo para apresentar um novo plano de trabalhos que lhe permitisse concluir a obra dentro do novo prazo. **2** - A rescisão do contrato de empreitada celebrado com o adjudicatário em 9 de Setembro de 2010 e seu contrato adicional celebrado em 2 de Agosto de 2011, ao abrigo das alíneas f) e e) do n.º 1 do art.º 405.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), com todas as legais consequências que daí devem advir, nomeadamente as previstas no n.º 2 deste mesmo artigo. Em consequência desta decisão devem os serviços diligenciar para que a Câmara Municipal tome posse administrativa da obra, bem como dos bens móveis e imóveis da mesma, e promover a execução dos trabalhos que faltam realizar mediante a abertura de novo procedimento concursal, conforme disposto no n.º 3 do art.º 404.º do CCP. **3** – Mais se determina que não há lugar a audiência dos interessados prevista no art. 100º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), considerando a urgência da decisão, nos termos da alínea a), do nº 1, do art. 103º do CPA. **4** - Que, considerando a urgência que este assunto reveste, e sendo o

órgão competente para a decisão de contratar a Câmara Municipal, esta decisão seja ratificada na próxima reunião do executivo, nos termos do nº 3, do art. 68º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

5 - Que se proceda à abertura de novo procedimento concursal para execução das obras em falta, conforme dispõe o n.º 3 do art.º 325.º, por remissão do n.º 3 do art.º 404.º, através de um ajuste directo em função de critérios materiais, com fundamento na urgência imperiosa resultante de acontecimento imprevisíveis pela entidade adjudicante, conforme prevê a al. c) do n.º 1 do art.º 24.º do CCP decisão que será, igualmente, ratificada na próxima reunião de Câmara, nos termos da aludida disposição legal. **6** - Que seja notificado o adjudicatário do teor do presente despacho". **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

JUNTAS DE FREGUESIA – FREGUESIA DE GOMINHÃES – PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – ALTERAÇÃO

– Presente a seguinte proposta do Vereador Domingos Bragança: "A Câmara Municipal de Guimarães em sua reunião realizada em 7 de Abril de 2011, deliberou delegar na Junta de Freguesia de Gominhães, a execução da obra de "Requalificação do Fontanário do Lugar da Azenha" pelo valor de €6.137,69. No entanto, a Junta de Freguesia de Gominhães informou esta Câmara de que o fontanário se situa na Rua do Moinho e não no lugar da Azenha. Assim, submete-se à aprovação do executivo camarário o primeiro aditamento ao protocolo de Delegação de Competências assinado no dia 12 de Abril de 2011, alterando-se a cláusula 1ª que passará a ter a seguinte redacção: "**Cláusula 1.ª** – O presente Protocolo tem por objecto a delegação de competências na Junta de Freguesia de Gominhães para execução da obra de "Requalificação do Fontanário da Rua do



Moinho". **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

JUNTAS DE FREGUESIA – FREGUESIA DE SOUTO S. SALVADOR – MURO DE SUPORTE DO CEMITÉRIO – Presente a

seguinte proposta do Vereador Domingos Bragança: "A Junta de Freguesia de Souto S. Salvador construiu um muro de suporte do Cemitério de Souto S. Salvador pois, com as chuvas intensas que na altura caíram, provocaram a cedência do muro de suporte primitivo, daí a edificação de novo muro de suporte de apoio ao existente. Apesar da intervenção realizada não ter sido objecto de prévio protocolo com a Município, considera-se que a sua execução foi de extrema importância pois impediu a derrocada do muro do Cemitério. O Departamento de Obras Municipais efectuou a quantificação dos trabalhos executados cujo orçamento é de €5.131,78 + IVA. Assim, proponho a transferência da verba de €5.400,00 para a Junta de Freguesia de Souto S. Salvador, destinada ao pagamento da obra executada, ao abrigo do disposto na alínea c) do nº 6 do art. 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro".

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO – PROJECTOS DE ESPECIALIDADES COMPLEMENTARES AO ESTUDO DE ARQUITECTURA DESENVOLVIDO NA DIVISÃO DE ESTUDOS E PROJECTOS REFERENTE AO ESPAÇO VERDE DE COUROS – Presente a

seguinte informação do Chefe de Divisão de Estudos e Projectos:

"1. Objecto: realização de projecto de especialidades complementares ao projecto de arquitectura desenvolvido na Divisão de Estudos e Projectos, referente ao Espaço Verde de Couros, contíguo ao edifício do Centro de Ciência Viva e do Instituto de Design, freguesia de S. Sebastião. 2. Considerandos:

A execução das tarefas associadas aos serviços que se pretendem contratar requerem conhecimentos e formação especializados e experiência em, engenharia civil e electrotécnica; De acordo com informação do Departamento de Recursos Humanos não existe possibilidade de satisfazer a necessidade de pessoal para este efeito com recurso ao actual quadro de pessoal nem com recurso a recrutamento em tempo útil; Trata-se de realização de trabalho não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público. 3. Proposta: Submete-se à consideração superior que, ao abrigo do art.º 6.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, a Câmara Municipal autorize a celebração do contrato de prestação de serviços, considerando os seguintes elementos: a) O objecto do contrato é a realização do projecto das especialidades complementares ao projecto de arquitectura elaborado, que englobam os trabalhos de engenharia civil, estabilidade, hidráulica, bem como de todas as especialidades e trabalhos complementares como sejam a realização de caderno de encargos, mapa de quantidades, orçamento, plano de gestão de resíduos, plano de segurança e saúde. Prevê-se ainda a realização de estudo geotécnico e sondagens, bem como o levanto topográfico e o projecto de iluminação pública. b) A despesa estima-se em €20.100.00 (vinte mil e cem euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. c) A despesa tem cabimento orçamental na rubrica 2.4.2.06, correspondente ao ano de 2011. d) O procedimento de formação do contrato deve ser mediante ajuste directo com consulta a três entidades, nos termos de disposto no artigo 20, nº 4, do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro – Código dos Contratos Públicos”. Esta despesa está cabimentada na unidade



orgânica 03 e na unidade económica 07.03.03.01. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO – APOIO À ARQUITECTURA DO INTERFACE DOS TUG – AV. S. GONÇALO, FREGUESIA DE S. PAIO – Presente a

seguinte informação do Chefe de Divisão de Estudos e Projectos:

“1. Objecto: contratação de um serviço referente à realização dos projectos de especialidade de apoio ao projecto de arquitectura que está a ser elaborado pelos serviços técnicos da DEP, compreendendo todas as especialidades de engenharia civil bem como electrotécnica. **2. Considerandos:** A execução das tarefas associadas aos serviços que se pretendem contratar requerem conhecimentos e formação especializados e experiência em engenharia civil, nomeadamente na vertente da estabilidade, com conhecimentos profundos ao nível das estruturas metálicas. Requerem ainda conhecimento ao nível da engenharia electrotécnica. De acordo com informação do Departamento de Recursos Humanos não existe possibilidade de satisfazer a necessidade de pessoal para este efeito com recurso ao actual quadro de pessoal nem com recurso a recrutamento em tempo útil; Trata-se de realização de trabalho não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público. **3. Proposta:** Submete-se à consideração superior que, ao abrigo do art.º 6.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, a Câmara Municipal autorize a celebração do contrato de aquisição de serviços, considerando os seguintes elementos: a) O objecto do contrato é a realização de projectos de especialidade, de apoio ao um projecto de arquitectura já em curso nos serviços da DEP. Os trabalhos previstos são

complementares ao nível da engenharia civil e electrotécnica e têm por base a realização de todos os trabalhos necessários e inerentes, que se traduzem na estabilidade do edifício, estudos de solos (sondagens geotécnicas), projectos hidráulicos bem como outras especialidades complementares ao projecto de arquitectura, como sejam o plano de segurança e saúde, plano de gestão de Resíduos, Cadernos de Encargos, Mapas de Medições e orçamentos. b) A despesa estima-se em €11.000,00 (onze mil euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. c) A despesa tem cabimento orçamental na rubrica 3.3.1.3, correspondente ao ano de 2011. d) O procedimento de formação do contrato deve ser mediante ajuste directo com convite a uma única empresa, que se propõe ser a TODOBUILDING, Lda., por se tratar de um trabalho que requer urgência e expedição na resposta, já que se perspectiva a realização da mesma, para o evento da Capital Europeia da Cultura. A figura de ajuste directo com consulta a uma entidade, enquadra-se no artigo 20º, n.º 4, do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro - Código dos Contratos Públicos. e) Mais se informa que não existe relação ou participação entre a contraparte e ex-colaboradores do órgão ou serviço, bem como do respectivo cônjuge, algum parente ou afim em linha recta ou até ao 2º grau da linha colateral, ou de qualquer pessoa com quem viva em economia comum". **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Votou contra o Vereador José Manuel Torcato. -----
CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO – AQUISIÇÃO DE UM SERVIÇO RELATIVO AO PROJECTO DE EXECUÇÃO DE UM PARQUE DE ESTACIONAMENTO DE APOIO AO EDIFÍCIO DESIGNADO POR LABORATÓRIO DA PAISAGEM – Presente a seguinte informação do Chefe de Divisão de Estudos e Projectos: "1.



Objecto: contratação de um serviço referente à realização de um parque de estacionamento de apoio ao edifício do laboratório da paisagem. **2. Considerandos:** A execução das tarefas associadas aos serviços que se pretendem contratar requerem conhecimentos e formação especializados e experiência em arquitectura e arquitectura paisagística, para enquadramento do parque de estacionamento não só com o edifício do Laboratório da Paisagem, mas também e principalmente com o Rio Selho, numa prática de preocupação ambiental e paisagística. De acordo com informação do Departamento de Recursos Humanos não existe possibilidade de satisfazer a necessidade de pessoal para este efeito com recurso ao actual quadro de pessoal nem com recurso a recrutamento em tempo útil uma vez que a obra do laboratório da paisagem se encontra já em curso, sendo desejável que a obra ocorra em paralelo. Trata-se de realização de trabalho não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público. **3. Proposta:** Submete-se à consideração superior que, ao abrigo do art.º 6.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, a Câmara Municipal autorize a celebração do contrato de arquitectura de um parque de estacionamento de apoio ao edifício do Laboratório da Paisagem, implicando tal à aquisição de serviços, considerando os seguintes elementos: a) O objecto do contrato é referente ao estudo de uma parcela de terreno situada a montante do edifício L.P., implicando a articulação do espaço edificado, bem como da envolvente natural, de modo a garantir uma solução coesa e eficaz do ponto de vista técnico e funcional. Em causa está também a criação de uma envolvência vegetal do edifício, resguardando o espaço peatonal do espaço viário, necessário para o funcionamento do

edifício; b) A despesa estima-se em €5.000,00 (cinco mil euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. c) A despesa tem cabimento orçamental na rubrica 2.4.2.06, correspondente ao ano de 2011. d) Pelo conhecimento que o projectista já tem do local e também, pela relação directa que um projecto terá no outro, critérios materiais e de direitos de concepção propõe-se a adjudicação do trabalho ao Atelier Cannatá e Fernandes, arquitectos, Lda. e) O procedimento de formação do contrato deve ser mediante ajuste directo, com consulta a uma entidade, de acordo com o designado no artigo 20, nº 4 Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro – Código dos Contratos Públicos. f) Mais se informa que não existe relação ou participação entre a contraparte e ex-colaboradores do órgão ou serviço, bem como do respectivo cônjuge, algum parente ou afim em linha recta ou até ao 2º grau da linha colateral, ou de qualquer pessoa com quem viva em economia comum". Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 07.01.03.07.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS RELATIVOS À REALIZAÇÃO DO PROJECTO DE REPERFILAMENTO DO ESPAÇO COMPREENDIDO ENTRE A RUA DA MAINA E A AVENIDA DO CENTRO ESCOLAR DE URGEZES – Presente a seguinte informação do Chefe de Divisão de Estudos e Projectos:

"1. Objecto: O serviço que se pretende contratar diz respeito ao projecto de execução do reperfilamento do espaço compreendido entre o fim da Rua da Maina e o acesso ao Centro Escolar de Urgez, compreendendo todas as vertentes de especialidade e estudos complementares necessárias à obra. **2. Considerandos:** A execução das tarefas associadas aos serviços que se pretendem



contratar requer conhecimentos e formação especializados e experiência em arquitectura e engenharia civil; De acordo com informação do Departamento de Recursos Humanos não existe possibilidade de satisfazer a necessidade de pessoal para este efeito com recurso ao actual quadro de pessoal nem com recurso a recrutamento em tempo útil; Trata-se de realização de trabalho não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público. **3. Proposta:** Submete-se à consideração superior que, ao abrigo do art.º 6.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, a Câmara Municipal autorize a celebração (ou renovação) do contrato de aquisição de serviços, considerando os seguintes elementos: a) O objecto do contrato é o projecto de remodelação e reperfilamento do remate da avenida da igreja e a Rua da Maina. Este trabalho implica, para além do projecto de arquitectura, a realização da especialidade de engenharia civil e electrotécnica. Além das especialidades, é necessária a realização de outros documentos de obra como sejam o plano de segurança e saúde, plano de gestão de resíduos, cadernos de encargos, mapas de medições e orçamentos. b) A despesa estima-se em €12.000,00 (doze mil euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. c) A despesa tem cabimento orçamental na rubrica 2.4.2.06, correspondente ao Plano Plurianual de Investimentos do ano de 2011. d) O procedimento de formação do contrato deve ser mediante Ajuste Directo, por se verificar ser o procedimento mais correcto, nos termos do designado no número 4 do artigo 20 do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro – Código dos Contratos Públicos, propondo-se o convite à empresa Sofia Castro & Filipe Silva, Arquitectos Associados, Lda., por ser conhecedor profundo do

local, já que realizou o trabalho a montante e jusante do local, garantindo desta forma uma maior uniformidade a todo o conjunto, bem como uma agilidade maior. e) Mais se informa que não existe relação ou participação entre a contraparte e ex-colaboradores do órgão ou serviço, bem como do respectivo cônjuge, algum parente ou afim em linha recta ou até ao 2º grau da linha colateral, ou de qualquer pessoa com quem viva em economia comum. f) Finalmente, informa-se que foi aplicada a redução remuneratória prevista no art. 19º da Lei nº 55-A/2010, de 31 de Dezembro, conforme documento em anexo”. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 07.01.04.13.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

PROTOSCOLOS – EXPOSIÇÃO INAUGURAL DA PLATAFORMA DE ARTES – CENTRO INTERNACIONAL DE ARTES JOSÉ DE GUIMARÃES – PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO

– Presente a seguinte proposta: “Considerando: a) Que José de Guimarães e o Município de Guimarães firmaram em 5 Julho de 2011 um contrato de comodato estabelecendo os termos da cedência de obras de autoria ou propriedade daquele autor, destinadas a integrar a exposição inaugural da Plataforma de Artes e Criatividade – Centro Internacional de Artes José de Guimarães; b) Que, em resultado de tal contrato, se torna agora necessário estabelecer os termos em que tal exposição será produzida e financiada; c) Que o nº 6 da Cláusula Primeira do citado Contrato de Comodato já previa a possibilidade de o contraente Município de Guimarães delegar a responsabilidade de gestão e coordenação da exposição inaugural noutra entidade, obtido o acordo escrito do Contraente José de Guimarães; d) Que a Fundação Cidade de Guimarães é a entidade responsável pela concepção e desenvolvimento do programa



artístico e cultural da Capital Europeia da Cultura em 2012; e) Que, nesse quadro de responsabilidades, a Fundação assumiu o compromisso público de participar, no âmbito das suas competências e disponibilidades orçamentais, na realização da exposição inaugural da Plataforma de Artes e Criatividade – Centro Internacional de Artes José de Guimarães, a incluir no programa da Guimarães 2012 Capital Europeia da Cultura; f) Que, em função das competências adquiridas na área da programação de artes plásticas no Centro Cultural Vila Flor e das responsabilidades assumidas no quadro da produção de eventos para Guimarães 2012 Capital Europeia da Cultura, A Oficina se afigura, consensualmente, como a entidade com o perfil adequado à produção e gestão da exposição inaugural. Proponho a aprovação de protocolo de colaboração conforme minuta anexa”. A minuta do Protocolo de Colaboração dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO**

APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

ACTIVIDADES ECONÓMICAS – CONCURSO PARA ATRIBUIÇÃO DE LICENÇAS DE GUARDA-NOCTURNO –

Presente a seguinte informação da Divisão de Trânsito, Espaços Públicos e Viaturas: “O Decreto-Lei n.º 310/2002, de 18 de Dezembro transferiu para os Municípios a competência para o licenciamento da actividade de Guarda-Nocturno. Posteriormente o Decreto-Lei n.º 114/2008, de 1 de Julho alterou aquele diploma legal e aprovou medidas de protecção e reforço das condições de exercício da actividade de guarda-nocturno e criou o registo nacional de guardas-nocturnos. Em cumprimento do disposto naqueles diplomas legais, e considerando a necessidade de regularizar a actividade de guarda-nocturno na cidade de Guimarães, submete-se à consideração superior o envio para a

aprovação pela Câmara Municipal da abertura de procedimento destinado à atribuição de três licenças de guarda-nocturno para as áreas constantes da planta anexa ao programa de concurso”. Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO**

APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

ACÇÃO SOCIAL – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS – RATIFICAÇÃO DOS APOIOS CONCEDIDOS POR CONTA DO FUNDO DE MANEIO – Presente

a seguinte informação da Divisão de Acção Social: “Por deliberação de 13 de Janeiro de 2011 a Câmara Municipal aprovou a constituição de um Fundo de Maneio destinado a acorrer, com oportunidade, ao pagamento com carácter de urgência, dos apoios a conceder no âmbito da alínea a) do artigo 2º do Regulamento Municipal nº 8/2009 de 8 de Janeiro para Atribuição de Apoios a Estratos Sociais Desfavorecidos, alterado e ratificado em 25 de Setembro de 2009. Importa, assim, submeter a ratificação, os apoios entretanto concedidos por conta deste Fundo de Maneio, conforme constam do mapa em anexo”. O referido mapa dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

ACÇÃO SOCIAL – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS – Presente uma informação da

Divisão de Acção Social propondo a atribuição de um subsídio a um agregado familiar necessitado, nos termos da alínea c) do artigo 2.º – Capítulo I, Anexo III, do Regulamento Municipal de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos, de acordo com informação que se anexa. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 13 e na unidade económica 04.08.02. A referida informação dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta



anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

ACÇÃO SOCIAL – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS

– Presente uma informação da Divisão de Acção Social propondo a atribuição de um subsídio a um agregado familiar necessitado, nos termos da alínea c) do artigo 2.º – Capítulo I, Anexo III, do Regulamento Municipal de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos, de acordo com informação que se anexa. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 13 e na unidade económica 04.08.02. A referida informação dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

CULTURA – BOLSAS DE INVESTIGAÇÃO – Presente, para aprovação, a decisão da Comissão de Selecção de Bolsas de Investigação, tomada em sua reunião de 21 de Setembro de 2011, que aprovou por unanimidade o segundo relatório apresentado pela bolseira Maria Isabel Leitão. A acta da reunião da Comissão de Selecção de Bolsas de Investigação dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

TRANSPORTES – EB1 SALGUEIRAL – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO

– Presente a seguinte informação da Divisão de Trânsito, Espaço Público e Viaturas: “A EB1 Salgueiral solicitou a colaboração do Município através da cedência de um autocarro para efectuar o transporte dos alunos do 1.º ano, no próximo dia 7 de Dezembro, ao Paço dos Duques. Considerando que se trata da realização de uma actividade de relevante interesse pedagógico e não haver inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, submete-se à aprovação do executivo camarário

o transporte solicitado”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

TRÂNSITO – ALTERAÇÃO DE TRÂNSITO NA FREGUESIA DE

S. TORCATO – Presente a seguinte informação da Divisão de Trânsito, Espaço Público e Viaturas: “Pela presente se submete à apreciação Camarária a alteração ao trânsito na freguesia de S. Torcato, assinalada na planta anexa. A sua elaboração está em harmonia com a Junta e Assembleia de Freguesia, e permitirá melhorar as condições de circulação e segurança rodoviária no arruamento em causa”. A planta com a alteração ao trânsito dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR**

SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. ----

TOPONÍMIA – ALTERAÇÃO E ADITAMENTO À TOPONÍMIA DA FREGUESIA DE BRITEIROS S. SALVADOR – Presente a

seguinte informação dos Serviços da Divisão de Trânsito, Espaço Público e Viaturas: “Sob proposta da Junta de Freguesia, a Assembleia de Freguesia de Briteiros (Salvador), aprovou a alteração toponímica para o seguinte arruamento: A travessa das Veigas, localizada entre a rua de S. Salvador e a rua Francisco Martins Sarmiento, passa a designar-se por rua da Antela. A mesma Assembleia de freguesia, aprovou também o seguinte aditamento à toponímia existente: 59 – Travessa das Borralhas – Arruamento sem saída, com início na rua João Antunes Guimarães. Assim, nos termos da alínea v), do nº 1, do art. 64.º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, propõe-se a aprovação, pelo executivo camarário, da presente proposta de aditamento à toponímia da freguesia de Briteiros (Salvador). As plantas toponímicas dão-se aqui por reproduzidas e ficam arquivadas em



pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

TOPONÍMIA – ALTERAÇÃO E ADITAMENTO À TOPONÍMIA DA FREGUESIA DE S. FAUSTINO

– Presente a seguinte informação dos Serviços da Divisão de Trânsito, Espaço Público e Viaturas: “Sob proposta da Junta de Freguesia, a Assembleia de Freguesia de S. Faustino, aprovou a alteração toponímica para o seguinte arruamento: A rua de S. Bento, arruamento sem saída com início na rua 25 de Abril, passa a designar-se por travessa de S. Bento. A mesma Assembleia de freguesia, aprovou também o seguinte aditamento à toponímia existente: 35 – Travessa Manuel Pinto da Silva – Arruamento sem saída, com inicio na rua com o mesmo nome. 36 - Rua de S. Bento – Arruamento com inicio e fim na rua 25 de Abril. Assim, nos termos da alínea v), do nº 1, do art. 64.º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, propõe-se a aprovação, pelo executivo camarário, da presente proposta de aditamento à toponímia da freguesia de S. Faustino”. A planta toponímica dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

TOPONÍMIA – ADITAMENTO À TOPONÍMIA DA FREGUESIA DE LONGOS

– Sob proposta da Junta de Freguesia, a Assembleia de Freguesia de Longos, aprovou o seguinte aditamento à toponímica existente: 63 – Travessa do Souto do Vale – Tem início na rua com o mesmo nome e termina no entroncamento com a rua de S. Martinho. 64 - Rua de Santa Maria Madalena – Tem início e fim nos limites de concelho com Braga. 65 – Travessa de Santa Maria Madalena – Arruamento sem saída, com inicio na rua com o mesmo nome. 66 – Rua do Sameiro – Tem início na rua do

Ribeirinho e termina no limite de concelho com Braga. 67 - Rua do Loureiro – Arruamento sem saída, com início na rua do Sameiro. Assim, nos termos da alínea v), do nº 1, do art. 64.º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, propõe-se a aprovação, pelo executivo camarário, da presente proposta de aditamento à toponímia da freguesia de Longos. As plantas toponímicas dão-se aqui por reproduzidas e ficam arquivadas em pasta anexa ao livro de actas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

TOPONÍMIA – ADITAMENTO À TOPONÍMIA DA FREGUESIA DE SANDE VILA NOVA

– Presente a seguinte informação dos Serviços da Divisão de Trânsito, Espaço Público e Viaturas: “Sob proposta da Junta de Freguesia, a Assembleia de Freguesia de Sande (Vila Nova), aprovou o seguinte aditamento à toponímia existente: 57 – Travessa do Pedraído. Tem início na rua com o mesmo nome e termina no entroncamento com a rua da Corredoura. Assim, nos termos da alínea v), do nº 1, do art. 64.º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, propõe-se a aprovação, pelo executivo camarário, da presente proposta de aditamento à Toponímia da Freguesia de Sande (Vila Nova). A planta toponímica dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** --

SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE POLVOREIRA –

CASA MORTUÁRIA – Presente a seguinte proposta: “A Junta de Freguesia de Polvoreira pretende construir uma Casa Mortuária, cujo valor estimado é de €153.523,66, tendo solicitado apoio municipal. Considerando a exigência social que é hoje a existência destes equipamentos particularmente em freguesias de elevada população como é o caso de Polvoreira, com mais de 3.000



habitantes e atendendo à política de apoios anteriormente prosseguida em construções congéneres, justifica-se a concessão de um apoio municipal. Porém, tendo em conta os graves constrangimentos financeiros em que vivemos, proponho a atribuição de um subsídio de €75.000,00 (setenta e cinco mil euros), a ser pago mediante autos de medição do Departamento de Obras Municipais, ao abrigo do disposto na alínea b) do nº 4 do art. 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro”. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 08.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Votaram contra os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima. -----

O Vereador **André Coelho Lima** solicitou que a sua intervenção ficasse a constar da acta. Assim, manifestou que não era responsável estar a decidir e deliberar obras de grande vulto para quaisquer freguesias, numa altura em que está em cima da mesa a redefinição dos limites das actuais freguesias, algo que tem que estar decidido até Janeiro/2012, donde, considerou não ser responsável decidirem-se investimentos públicos, sem saber se o redesenho dos limites das freguesias não implicaria uma realocação destes mesmos investimentos. Recordou a recente intenção manifestada pela Câmara Municipal de construir um cemitério que sirva as freguesias de Briteiros Santo Estêvão e Briteiros S. Salvador, numa medida que visava fomentar a criação de sinergias no acesso a determinadas estruturas, pelo que, não se percebe que agora se proponha um investimento de mais de €150 mil na freguesia de Polvoreira, num cenário de incerteza quanto à futura configuração dos territórios de cada uma das freguesias do concelho de Guimarães. Acrescentou que se tratava

de uma obra não protocolada com a respectiva Junta de Freguesia, sendo que é público que o Presidente de Câmara várias vezes manifestou que não mais apoiaria quaisquer intervenções que não tivessem sido previamente protocoladas com a Câmara, o que coloca à evidência a política de “dois pesos e duas medidas” deste executivo socialista, que para umas Juntas de Freguesia tudo exige, enquanto que com outras se demonstra a facilidade com que acedem a subsídios municipais, ainda que não protocolados. Referiu ainda que se o Presidente de Câmara havia manifestado, na mesma reunião, ter que cortar nos apoios às famílias de estratos sociais desfavorecidos e nos subsídios de renda apoiada, alegando dificuldades financeiras, pelo que disse entender que, pelo menos, fossem suspensas estas obras até uma redefinição dos limites territoriais das freguesias. Por último, recordou que relativamente à piscina de Airão S. João, a Câmara havia subsidiado 50% da obra, tendo o Presidente de Câmara referido que não ia “nem mais um cêntimo” para aquela obra, sendo que, poucos meses volvidos, veio a reunião de Câmara um subsídio que se destinava a cobrir os 50% pertencentes à Junta de Airão S. João. Neste caso, a Câmara subsidia €75.000,00, ficando €78.523,66 a cargo da Junta de Freguesia de Polvoreira, pelo que manifestou não ser possível que a Junta de Freguesia possua tal disponibilidade financeira, donde resulta que a Câmara, com toda a certeza, virá dentro de poucos meses com o remanescente o que implica um dispêndio de €150 mil numa altura em que não é avisado, por variadíssimas razões, avançar para este tipo de investimentos. -----

**SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE CANDOSO S. TIAGO
– REABILITAÇÃO DO EDIFÍCIO SEDE DAS ASSOCIAÇÕES DA
FREGUESIA DE CANDOSO S. TIAGO** – Presente a seguinte



proposta: "A Junta de Freguesia de Candoso S. Tiago reabilitou um edifício onde estão instaladas várias associações da freguesia, obra que foi subsidiada pela Câmara Municipal com apoios no valor de €12.421,20 (deliberação de 29.5.2008) e €12.421,20 (deliberação de 23.4.2009). A obra foi acompanhada pelo Departamento de Obras Municipais que quantificou os trabalhos realizados em €51.940,50. A Junta de Freguesia solicitou novo apoio municipal, dada a realização de obra no valor de €27.098,10 não comparticipada. Considerando o interesse das actividades desenvolvidas pelas associações de Candoso S. Tiago e o exemplo que representa o aproveitamento conjunto das instalações ocupadas, proponho que seja concedido um subsídio de €25.000,00 (vinte e cinco mil euros) para apoio aos encargos assumidos, ao abrigo do disposto na alínea b) do nº 4 do art. 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro". Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 08.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Abstiveram-se os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima. -----

**SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE RENDUFE –
ARRANJOS EXTERIORES DA SEDE DA JUNTA DE FREGUESIA**

– Presente a seguinte proposta: "A Junta de Freguesia de Rendufe executou uma intervenção de requalificação dos espaços exteriores da sua Sede de Junta recentemente objecto de obras de ampliação. O arranjo urbanístico foi acompanhado pelo Departamento de Obras Municipais que efectuou a medição dos trabalhos executados quantificados em €48.191,80. Considerando as dificuldades financeiras da autarquia promotora em suportar o investimento, complementar da obra realizada, proponho que seja

concedido um subsídio no valor de €51.083,31 (cinquenta e um mil oitenta e três euros e trinta e um cêntimos), correspondente aos encargos suportados mais IVA, como apoio municipal ao abrigo do disposto na alínea b) do nº 4 do art. 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro”. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 08.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Votaram contra os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima. -----

SUBSÍDIOS – ASSOCIAÇÃO DE SURDOS DE GUIMARÃES E VALE DO AVE – ADITAMENTO AO PROTOCOLO DE APOIO ÀS INSTITUIÇÕES DE SOLIDARIEDADE SOCIAL – Presente a

seguinte proposta: “Considerando que: 1 – Na reunião de Câmara de 14 de Abril de 2011, foi deliberado aprovar por unanimidade, apoiar a Associação de Surdos de Guimarães e Vale do Ave, para a realização da Festa de Natal, destinada às crianças, filhos dos utentes da Associação; 2 – Em 14 de Junho de 2011 foi celebrado o Protocolo entre os outorgantes (Senhor Presidente da Câmara Municipal e Senhora Presidente da Instituição), nos termos e em conformidade com o Regulamento nº 607/2010 de 15 de Julho; 3 – Em 19 de Setembro a Presidente da Associação de Surdos de Guimarães e Vale do Ave, Senhora D. Maria Conceição da Silva Mendes, solicitou o apoio de €1.000.00 (mil euros), que lhe foi atribuído seja redefinido e aplicado na Festa de Natal, na Festa de S. Martinho, Comemoração do XIV Aniversário da Associação e na Acção de Formação e Sensibilização “Ossos e Termas da Saúde”. Do exposto propomos que seja deliberado alterar o pedido, anexando um aditamento ao Protocolo, onde conste a alteração dos termos da Cláusula 1ª que passo a transcrever: “Cláusula 1ª – Objecto – O presente Protocolo tem por objecto o incentivo e a



cooperação financeira entre os representados de ambos os outorgantes, para a realização da Festa de Natal, Festa de S. Martinho, Comemoração do XIV Aniversário da Associação e da Acção de Formação e Sensibilização "Ossos e Termas da Saúde". Assim, submete-se à aprovação a alteração da Cláusula 1ª do Protocolo de Apoio às Instituições de Solidariedade Social, celebrado com a Associação de Surdos de Guimarães e Vale do Ave, que passará a constar como aditamento". A adenda ao protocolo dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

SUBSÍDIOS – VENERÁVEL ORDEM TERCEIRA DE S. DOMINGOS – ADITAMENTO AO PROTOCOLO DE APOIO ÀS INSTITUIÇÕES DE SOLIDARIEDADE SOCIAL – Presente a seguinte proposta: "Considerando que: 1 – Na reunião de Câmara de 14 de Abril de 2011, foi deliberado aprovar por unanimidade, apoiar a Venerável Ordem Terceira de S. Domingos, para aquisição de novo equipamento para a lavandaria; 2 – Em 14 de Junho de 2011 foi celebrado o Protocolo entre os outorgantes (Sr. Presidente da Câmara Municipal e Sr. Presidente da Instituição), nos termos e em conformidade com o Regulamento nº 607/2010 de 15 de Julho; 3 – Em 24 de Agosto o Sr. Presidente da Venerável Ordem Terceira de S. Domingos, Sr. Ovídio Francisco Leão Macedo, solicitou que a atribuição do apoio de €2.000.00 (dois mil euros), seja alterado e aplicado na reestruturação de toda a parte eléctrica do edifício onde está em funcionamento o Lar de Idosos, fundamentando o pedido na segurança do imóvel e seus residentes, dotando, assim, as instalações de todos os requisitos previstos e exigidos na lei. 4 – Do exposto propomos que seja deliberado alterar o pedido, anexando um aditamento ao

Protocolo, onde conste a alteração dos termos da Cláusula 1ª que passo a transcrever: "Cláusula 1ª – Objecto – O presente Protocolo tem por objecto o incentivo e a cooperação financeira entre os representados de ambos os outorgantes para a renovação da parte eléctrica do edifício onde está em funcionamento o Lar de Idosos, com a finalidade de garantir a segurança do imóvel e dos seus residentes, dotando as instalações dos requisitos previstos na lei". Assim, submete-se à aprovação a alteração da Cláusula 1ª do Protocolo de Apoio às Instituições de Solidariedade Social, celebrado com a Venerável Ordem Terceira de S. Domingos que passará a constar como aditamento". A adenda ao protocolo dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE PONTE – FESTAS EM HONRA DO SENHOR DOS AFLITOS – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS

– Presente um ofício da Junta de Freguesia de Ponte solicitando um apoio destinado a custear as despesas com a ligação à rede de iluminação pública das ornamentações das Festas em Honra do Senhor dos Aflitos, realizada entre os passados dias 15 e 18 de Setembro. Propõe-se a atribuição, à Junta de Freguesia de Ponte, de um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pelas ornamentações da referida Festa, num máximo de €47,71. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 04.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR**

UNANIMIDADE. -----

SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE GONÇA – FESTA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS

– Presente um ofício da Comissão de Festas em Honra de Nossa Senhora do Rosário, freguesia de Gonça, solicitando um apoio



destinado a custear as despesas com a ligação à rede de iluminação pública das ornamentações da referida festa, realizada entre os passados dias 30 de Setembro e 2 de Outubro. Propõe-se a atribuição, à Junta de Freguesia de Gonça, de um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pelas ornamentações da referida Festa, num máximo de €37,68. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 04.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE APROVAR A ACTA EM MINUTA. -----

PELAS ONZE HORAS E DEZ MINUTOS O PRESIDENTE DA CÂMARA DEU POR ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE, PARA CONSTAR, SE LAVROU A PRESENTE ACTA. -----